

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, tendo-se verificado as ausências dos Senhores Deputados José Joaquim Martins e Horácio Manuel Pinto, Presidentes da Junta da União de Freguesias de Eucísia/Gouveia/Valverde e da Freguesia de Vilarchão, respetivamente, verificou-se ainda a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, Ricardo Jorge Pimentel, que se fez representar pelo Substituto legal, por si designado, Senhor Diogo Raimundo. -----

----- Justificou a falta, dentro do prazo legalmente estabelecido, o Senhor Deputado Municipal Horácio Alberto Pinto, relativamente à presente sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e quinze. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estavam presentes duas atas para serem submetidas à aprovação, uma respeitante à primeira sessão extraordinária realizada no dia vinte e cinco de abril e outra respeitante à segunda sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e quinze. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período referente à ata da primeira sessão extraordinária. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da primeira sessão extraordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte Deputados presentes, com dezanove votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, da Senhora Deputada Iolanda Neves. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou de seguida os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período referente à ata da segunda sessão ordinária. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que não estava muito bem explicada a sua intervenção na ata, indicando que se deveria fazer referência à sua intervenção com o aditamento da frase “receitas do IMI”. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pousado solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Questionou, depois, o Senhor Presidente da Mesa se se iria votar a ata com as alterações por si sugeridas, relativamente à sua intervenção sobre o Relatório de Gestão e Contas ou se essas alterações seriam introduzidas depois. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e respondeu ao Deputado Carlos Pousado que tinha razão e que a correção não constava na ata que iriam aprovar, referindo que iria fazer chegar uma nota à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, no sentido de essas alterações serem introduzidas. -----

----- O Senhor Deputado Mário Soeiro Lopes solicitou a palavra e depois de apresentar cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal sugeriu que o Deputado Carlos Pousado enunciasse as alterações a serem introduzidas na ata e que poderiam votar a mesma com o pressuposto da introdução dessas alterações. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se à ata da sessão de 13/12/2014, lamentando a forma como o tempo foi gerido, uma vez que inicialmente as gravações não eram perceptíveis e depois passado tanto tempo, conseguiram reproduzir fielmente o que foi proferido por ele. Disse, depois, que relativamente à ata da segunda sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de abril de 2015, de referir o episódio lamentável que aconteceu após a votação de um determinado ponto, no qual essa passagem não consta em ata, bem como também a reacção da Senhora Presidente da Câmara com a votação da Bancada do PSD/CDS-PP. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da segunda sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e três Deputados presentes, com catorze votos a favor, um voto contra, do Senhor Deputado José Almendra, e oito abstenções, dos Senhores Deputados António José Pacheco, Pedro Miguel Morgado, Maria Manuel Cunha Silva, Mário Telmo Legoinha, Luís Terêncio, Susana Guerra, Iolanda Neves e Diogo Raimundo. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período. -----

----- O Professor José Lopes solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção com a explicação aos Deputados Municipais sobre a importância da data de 8 de maio, como possível alteração do feriado municipal. Disse, depois, que tinha intenção de dar uma explicação mais alargada ao público uma vez que os Deputados Municipais teriam já tido acesso ao documento elaborado por ele sobre a importância da data. Continuou, a sua intervenção, e apresentou um pequeno trabalho em PowerPoint elucidativa sobre o tema em discussão. Disse, depois, que um feriado municipal deveria ser comemorado numa data que diga respeito a todos os Municípios, fomentando a união, convívio e partilha. Informou, depois, os Deputados Municipais que esta linha de pensamento está escrita na ata de 1978 que criou o feriado municipal, embora não tenha tido em conta esse princípio. Continuou a sua intervenção e disse que o feriado municipal de Alfândega da Fé é o único a nível distrital que não está interligado com nenhum evento ou aspeto mais importante do concelho. Explicou, ainda, os feriados municipais dos concelhos do distrito de Bragança e aspetos históricos da sua comemoração. Referiu, depois, que quando se escolheu a data do feriado municipal em Alfândega da Fé, não se teve o devido cuidado com a data, pois poder-se-ia ter escolhido a data comemorativa das Festas de S. Sebastião, já que é a maior festa religiosa do concelho. -----

----- Continuou a sua intervenção e explicou que a data pretendida para a comemoração do feriado municipal seria o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

dia 8 de maio, porque segundo a sua opinião não existe no concelho data mais histórica que esta e poderia servir também de ligação à apresentação do cartaz comemorativo a Festa da Cereja, pois poderia permitir uma maior dinamização e consequentemente mais desenvolvimento económico do concelho. Disse, depois, que a actual data encontra-se bastante desenquadrada com a atividade do concelho, uma vez que a maior actividade acontece no mês de maio e inícios de junho. Alertou, depois, os Deputados Municipais sobre a importância comemorativa do feriado municipal, principalmente numa data histórica, como forma de identidade do concelho, tendo em conta as tentativas passadas de extinguir o concelho de Alfândega da Fé, e num futuro a implementação de outra reforma administrativa como aconteceu com as freguesias. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Professor Francisco José Lopes, e teceu alguns comentários sobre a comemoração do feriado municipal a 29 de junho, referindo que não se tem conseguido promover e comemorar convenientemente esta data, e acredita que a alteração da data possa contribuir para um maior envolvimento das pessoas. Informou, depois, os Deputados Municipais que as comemorações do feriado municipal de 29 de junho do corrente seriam um bocadinho diferentes das comemorações anteriores, porque para além das tradicionais atividades festivas, vai ter lugar o lançamento do livro “As cartas de Foral de Alfândega da Fé (1294-1510)” da autoria do Senhor Professor Francisco José Lopes. De seguida, leu um texto alusivo ao feriado municipal, que tinha enviado para a Câmara Municipal para ser publicado no “site” do Município, e que a seguir se transcreve: *“Caríssimos Municípes, no passado dia 21 de fevereiro do corrente ano, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do nosso Município, tendo sido abordado o ponto oito da ordem do dia, acerca do debate do feriado municipal. Da documentação enviada a todos os Deputados Municipais, constava um texto da autoria do Professor Francisco José Lopes, sobre o feriado municipal de Alfândega da Fé, o qual funcionou como documento impulsor de um debate que se pretenda que se venha a realizar no seio da comunidade em todas freguesias e com a participação do maior número de fregueses. O feriado municipal foi instituído na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro de 1978, e foi escolhido o dia de S. Pedro, apenas por ser o dia do orago da paróquia da sede do concelho. Após apresentação do texto, foi sugerida a criação de uma comissão, tendo sido aprovado por unanimidade a sua constituição à qual tenho a honra de pertencer, fazendo dela também parte, Francisco José Lopes, Diamantino Mário Soeiro Lopes, Néson Artur Castilho, Luís Terêncio e António Pacheco, para acompanhar e trabalhar o tema, com vista à implementação de um programa que possa ser agregador de opiniões. Concordo com o texto do Professor Francisco José Lopes, e desde já apoio a data por ele sugerida, para passar a ser o dia do nosso feriado municipal, por ser um importante marco histórico concelhio. Tal como qualquer um de nós celebra a data do seu nascimento, como sendo o dia mais importante, também o Município de Alfândega da Fé, ganharia, julgo eu, em passar a comemorar o seu feriado municipal, recordando a data que o viu nascer, o dia 8 de maio de 1294, pela “pena” do Rei D. Dinis, quando nos concedeu o primeiro foral”*. Continuou a sua intervenção e comentou que a existir esta alteração da data comemorativa do feriado municipal, esta seja de consenso geral, com a participação de todos e que a ser alterada seja muito bem pensada. Informou, depois, os Deputados Municipais, que no passado dia 30 de abril de 2015, realizou-se uma reunião para debater este tema, na qual estiveram presentes os referidos membros da comissão de acompanhamento, na qual se designou vários dias para debaterem o assunto com a comunidade, o que não se verificou. Disse, ainda, que os membros da Assembleia Municipal devem transmitir esta ideia pela população para que

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

se possa debater o mais rapidamente este assunto de forma a definir se se altera ou não a data comemorativa do feriado municipal. -----

----- Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, começando pela infelicidade da perda de um jovem do concelho de Alfândega da Fé, Carlos Cristino, com 18 anos de idade e vítima de cancro da pele. Comentou, depois, uma notícia que saiu na comunicação social, sobre a venda da empresa municipal AlfândegaTur, e sendo um assunto que preocupa todos os intervenientes, desde a bancada do PSD/CDS-PP, Mesa da Assembleia, Executivo Bancada do PS, publico e mesmo os trabalhadores da unidade hoteleira, lançou um desafio ao Executivo sobre o ponto geral da situação do concurso de venda do capital social da empresa municipal AlfândegaTur e da notícia que saiu recentemente na comunicação social. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que se iria realizar um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Cristino, filho de Amadeu Cristino, um trabalhador do Município de Alfândega da Fé. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e informou os Deputados Municipais que estava de acordo com a homenagem e referiu ainda que tinha falecido a mãe de um trabalhador da Câmara na freguesia dos Vales.

----- O Senhor Vice – Presidente solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio dizendo que o Executivo tem tido sempre o cuidado de trazer a maior informação possível, com todo o rigor e transparência, uma vez que é um assunto delicado e de grande preocupação para todos. Disse, depois, que ainda não existe nenhuma conclusão sobre o assunto, ainda se encontra a decorrer o concurso, como a Senhora Presidente da Câmara já tinha informado os Deputados Municipais. Informou, ainda, que existe uma proposta que acham que ainda não é suficiente para a compra de 60% do capital social da empresa municipal, e que há ainda mais quatro grupos interessados na compra do capital social. Continuou a sua intervenção referindo que a Lei n.º50/2013, de 31 de agosto, obriga os Municípios a venderem o capital social das empresas municipais e é o que vão tentar fazer, vender à melhor proposta apresentada. Explicou, ainda, aos Senhores Deputados Municipais, que mesmo antes de ter saído a lei que impunha a venda do capital social destas empresas, o Executivo já defendia que o melhor era que estas empresas tivessem gestão privada, capacitada para fomentar o seu desenvolvimento e crescimento. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e questionou o Executivo, uma vez que o Senhor Vice-Presidente referiu a existência de cinco propostas para a alienação do capital social da empresa municipal AlfândegaTur, se estas propostas seriam mais rentáveis do que as duas propostas existentes no anterior concurso, e, alertou os Senhores Deputados Municipais sobre os comentários proferidos por utilizadores de “sites” de turismo e motores de busca como o Booking, que referem a má qualidade prestada pela empresa municipal AlfândegaTur, e que na pele de um possível investidor teria muito medo e receio em adquirir uma empresa que tivesse estes comentários pouco abonatórios. Lançou, depois, um desafio ao Executivo para que tome mais cuidado com a empresa municipal, pois é na

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Central de Reservas, que as pessoas consultam a opinião sobre determinado estabelecimento, e vão ou deixam de ir conforme os comentários que lêem de outros utilizadores. -----

----- O Senhor Vice – Presidente, Eduardo Tavares, usou da palavra e respondendo ao Senhor Deputado Luís Terêncio, disse que existe apenas uma proposta concreta, as outras não passam de intenções/interesses, pois ainda não existem propostas concretas desses grupos. Disse, depois, que a anterior proposta, muito embora o Município tivesse que suportar alguns custos, era melhor que a presente proposta. Disse, ainda, que em relação às reclamações do Hotel & SPA nos sites de viagens e turismo, de facto não lhe agradam. Disse, depois, que quando este Executivo assumiu funções existiam mais reclamações no Hotel, e que, presentemente, verifica-se a diminuição de reclamações no livro amarelo, e que já se responde a essas queixas, o que não se verificava anteriormente. Continuou a sua intervenção e disse que já tinham efectuado grandes melhorias na estrutura do edifício e que as reclamações recaiam mais sobre a forma de atendimento e simpatia dos colaboradores, e que já tinham pedido aos colaboradores para melhorarem esses aspectos de atendimento. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 22/06/2015, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por dizer que se trata de um documento onde consta toda a actividade do Município nas mais diversas áreas. Realçou, depois, um assunto que não consta no documento, que tem a ver com um projecto na área do regadio que tem vindo a ser preparado para a zona do planalto Vilar Chão – Parada, tendo como objetivo um melhor aproveitamento hidroagrícola. Disse que já tinha sido constituído a Junta de Agricultores, promovida pela Direção Regional de Agricultura, aguardando-se somente a homologação da Senhora Ministra da Agricultura. Disse, ainda, que vão tentar investir e aproveitar os novos programas para realizar melhorias nos outros projectos hidroagrícolas já existentes. -----

2. RELATÓRIO E NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS 2014;

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que se trata do relatório e notas ao balanço e à demonstração de resultados consolidados do Município e da empresa municipal AlfândegaTur relativamente ao ano de 2014, para conhecimento dos Senhores Deputados. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS 2014;

----- O Senhor Vice - Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, referindo que se trata do relatório e da certificação legal de contas elaborado pelo ROC (Revisor Oficial de Contas), para conhecimento dos Senhores Deputados. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

4. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO - 6º TRIMESTRE DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA (1º TRIMESTRE DE EXECUÇÃO 2015);

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou aos Senhores Deputados Municipais que se trata de um relatório, cuja ida à Assembleia Municipal é obrigatória. Disse, depois, que relativamente ao primeiro trimestre de dois mil e quinze não havia nada a registar de agravante, antes pelo contrário, continuam a diminuir o prazo dos pagamentos, passando de doze dias para onze dias. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL POR SINISTRO OCORRIDO EM VIAS MUNICIPAIS – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que este documento já esteve em Reunião de Câmara e discussão pública e que serve para tornar mais claro e transparente os procedimentos a ter em conta em situações que têm vindo a ocorrer frequentemente nas vias municipais, como por exemplo o furo de um pneu, danificação de jantes ou outras situações que resultem de algum buraco na estrada ou má conservação da via.

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto cinco** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e dois Deputados presentes, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Regulamento Municipal de Indemnização Civil por Sinistro ocorrido em Vias Municipais. De realçar que no momento da votação tinham-se ausentado os Deputados Municipais Carla Franco, Ana Maria Pereira e António Pacheco, pelo que não votaram este ponto da ordem de trabalhos. -----

6. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DA ATIVIDADE DO EXERCÍCIO DOS FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por referir que com a publicação do DL 10/2015, foi necessário adequar novamente este regulamento. Disse, depois, que não eram alterações significativas e que mais tinha a ver com o sorteio das bancas, do prazo de atribuição dessas bancas e do tratamento de igualdade que tem de ser dado aos feirantes nacionais e de outras nacionalidades dentro do espaço europeu. Disse, ainda, que aproveitaram esta alteração para introduzir um novo capítulo, designadamente, a feira dos produtos Terras de Alfândega. Continuou a sua intervenção e disse que este assunto já tinha sido discutido em Reunião de Câmara e na Assembleia Municipal de dezembro de 2014, e tem como objetivo criar condições e hábitos regulares que dinamizem os produtos locais com a criação de um dia por semana para a realização deste evento no mercado municipal. Assim, pretende-se criar mais uma feira no concelho de Alfândega da Fé, com produtos Terras de Alfândega e que se realizará uma vez por semana aos sábados das 08h às 13h, que vai ao encontro da legislação recentemente publicada (DL n.º85/2015) e que vem no seguimento a um regulamento europeu, que orienta os estados europeus a criarem medidas de promoção e beneficiação dos pequenos produtores locais. Disse, depois, que têm andado pelas freguesias a promover o evento e conta dar início a esta feira no dia 18 de julho de 2015, e que o Município tem intenção de isentar de qualquer taxa, estes pequenos produtores, que produzam produtos no concelho. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e felicitou o Executivo por esta medida, que visa promover e ajudar os produtores locais. Questionou, depois, o Executivo se teve o cuidado de envolver a Associação Comercial para explicar às pessoas que não era uma promoção de economia paralela, nem concorrência desleal, para quem tem um comércio aberto, de forma a evitar que exista uma hostilização sobre quem vem vender e escoar algum excedente agrícola. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia chamou à atenção o Executivo sobre a repetição de uma alínea constante no presente regulamento (ver. al. f) e l) do art.º 31º do regulamento). -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e concordou com a intervenção do Deputado Luís Terêncio relativamente às questões de concorrência, e elogiou ainda a iniciativa, dizendo ter participado na divulgação da mesma, na sede da União de Freguesias de Pombal. -----

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e respondeu aos Senhores Deputados Luís Terêncio e Diamantino Mário Lopes, que relativamente à questão da concorrência, esta já teria sido levantada em Reunião da Câmara Municipal pelo Senhor Vereador Artur Aragão. Disse que não concordava com esta questão, porque quando se deslocou a promover a feira pelas freguesias, a população mais idosa ficava muito contente e lembravam-se de outros tempos mais antigos, em que vinham regularmente vender os seus produtos a Alfândega da Fé. Disse, ainda, pensar que estes pequenos produtores não vão fazer qualquer concorrência com as grandes superfícies, que para além de alguns produtos hortícolas também vendem outros produtos normais nesses espaços comerciais. Disse, ainda, que poderão até todos ganhar, porque se as pessoas aderirem a esta iniciativa, poderão, no Mercado Municipal, não só comprarem produtos agrícolas, mas também outros produtos, como peixe, carne, frutas, etc. Referiu, depois, que existem dois feirantes profissionais no concelho de Alfândega da Fé, que para além dos produtos agrícolas produzidos no concelho vendem frutas exóticas como a banana, entre outros, que também poderão, se quiserem, vender ali, com o pagamento das respectivas taxas. Disse, ainda, que é importante ajudar o pequeno produtor que produza produtos exclusivamente do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e referiu que quando era vereador do Município em 2002, tentaram aprovar a autorização para a construção de um LIDL ou InterMarché em Alfândega da Fé, e ele foi o único vereador a opor-se a essa ideia, uma vez que isso é que iria acabar com o comércio tradicional de Alfândega da Fé, e que pensava que esta medida da criação da feira seria benéfica para os pequenos agricultores, pois fazia lembrar tempos mais antigos, em que esta medida era mais usual. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que esta iniciativa poderá permitir às pessoas ainda produzirem mais, e as que nunca produziram começarem a produzir. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto seis** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Regulamento Geral da Atividade do Exercício dos Feirantes e Vendedores Ambulantes do Município de Alfândega da Fé. -----

7. ELEIÇÃO PROVIDOR/A DO/A MUNÍCIPE PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e informou os Deputados Municipais que foi enviado para todos os Deputados um documento sobre uma munícipe Alfandeguense, Sofia Amália Borges Vaz para ser eleita Provedora do Município pela Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e comentou que estavam reunidas as condições para aprovar o nome proposto para ser eleita provedora do Município pela Assembleia Municipal. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e comentou que concordava com a nomeação deste nome sugerido e acordado por ambas as bancadas, para ser designada Provedora do Município. Disse, ainda, que embora pudessem existir outros nomes, este foi consensual. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto sete** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, um voto nulo e uma abstenção, aprovar a eleição do nome proposto pela Câmara Municipal do Provedor do Município. -----

8. RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO CELEBRADOS COM 12 TRABALHADORES DA EDEAF - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.E.M., ENTRETANTO EXTINTA, CEDIDOS AO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ NA SEQUÊNCIA DO PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DAQUELA EMPRESA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais tratar-se de pedir autorização à Assembleia Municipal para a renovação dos contratos de trabalho de doze trabalhadores da extinta empresa municipal EDEAF, cedidos ao Município de Alfândega da Fé através de um acordo de cedência de interesse público no âmbito do processo de internalização da actividade daquela empresa municipal. Disse, ainda que esses contratos encontram-se previstos no mapa de pessoal do Município embora ainda não estejam providos. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e comentou que nas últimas duas sessões da Assembleia Municipal tinham questionado a Senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente a este assunto, e que a Senhora Presidente teria respondido que o procedimento concursal não tinha parado. Pediu, de seguida ao Executivo que prestasse os devidos esclarecimentos sobre a situação do procedimento concursal, e se o mesmo era direccionado às pessoas que ocupam esses lugares há já algum tempo, para evitar o passado recente dos procedimentos concursais que supostamente eram para serem ocupados pelas pessoas que efectivamente já estariam a trabalhar no Município, o que não se verificou. -----

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara usou da palavra e solicitou a presença do Dr. Miguel Franco para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- O Dr. Miguel Franco solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. ----- Iniciou a sua intervenção e respondeu ao Deputado Luís Terêncio dizendo que o procedimento concursal não tinha parado, lembrando aos Deputados Municipais que sensivelmente há um ano atrás teria vindo um documento a pedir autorização para abertura do procedimento concursal para provimento dos doze postos de trabalho em questão. Disse, ainda que, a demora no procedimento concursal é normal e têm-se que respeitar os prazos legalmente estabelecidos. Disse, depois, que como é do conhecimento de todos, os procedimentos concursais para a administração pública e especialmente a local, carece sempre de um procedimento concursal para ocupação de lugares com trabalhadores com vínculo previamente estabelecido, e que esse processo terminou há pouco tempo. Continuou a sua intervenção e referiu que este procedimento concursal estava a decorrer em paralelo com o procedimento concursal para o recrutamento de dezanove postos de trabalho e que os Recursos Humanos do Município estariam bastante sobrecarregados com estes processos. Disse, depois, que os Recursos Humanos estavam a ultimar a documentação necessária para ser enviado o pedido de autorização aos membros do governo para abertura de procedimento concursal comum para pessoas sem

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

relação jurídica de emprego público previamente constituída. Relativamente à segunda questão levantada pelo Deputado Luís Terêncio respondeu que o desejável seria que os trabalhadores que se encontram a ocupar esses postos de trabalho pudessem ficar, contudo, sendo um procedimento concursal em que qualquer pessoa pode concorrer, isso não se pode garantir. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e agradeceu a explicação proferida pelo Dr. Miguel Franco, tendo levantado outra dúvida sobre se os membros do governo teriam ou não já dado autorização para abertura do procedimento concursal. -----

----- O Senhor Dr. Miguel Franco respondeu ao Deputado Luís Terêncio que ainda não tinham a autorização para abertura do procedimento concursal para candidatos sem qualquer relação jurídica de emprego público. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio pediu ao Dr. Miguel Franco mais esclarecimentos sobre o procedimento concursal, uma vez que, interpretava que o procedimento concursal existiu, e depois parou, e agora vai-se novamente proceder à abertura do mesmo procedimento concursal. -----

----- O Senhor Dr. Miguel Franco respondeu que não tinha conhecimento sobre as datas precisas do procedimento concursal, uma vez que não teria acompanhado de perto esse procedimento. Referiu que existiu a abertura do procedimento concursal para apenas candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e agora terminados esses “timings”, os recursos humanos estão a reunir os documentos necessários para acompanharem o pedido de autorização para abertura do procedimento concursal para candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente constituída. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e comentou que aquilo que mais o preocupava, para além das questões técnicas, era se os funcionários faziam ou não falta e já foi referido que sim, e a segunda coisa que o preocupava ainda mais era o garante dos postos de trabalho para estas pessoas. Referiu, ainda, que o importante de tudo era ver que o Executivo se preocupava em renovar e integrar as pessoas nos respectivos postos de trabalho. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e comentou que eram a favor da renovação e integração destes trabalhadores no Município. Referiu, depois, que a dúvida levantada pela bancada do PSD/CDS-PP era o porquê do procedimento concursal estar a demorar tanto tempo, porque se tivesse sido um pouco mais célere provavelmente não estaria agora a renovar os contratos de trabalho. -----

----- O Senhor Vice – Presidente, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que quando a DGAL deu autorização para abertura dos procedimentos concursais para dezanove postos de trabalho, deu também um prazo para que esses procedimentos concursais fossem terminados. Perante esta situação deu-se prioridade a estes procedimentos concursais, para que fossem terminados com sucesso. Agora vai-se fazer de igual forma, o mais rapidamente possível, este procedimento concursal, para que se possa terminar também com o mesmo sucesso do anterior. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto oito** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra do Deputado Municipal Adriano Andrade e zero abstenções, aprovar a renovação dos contratos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de cedência de interesse público celebrados com 12 trabalhadores da EDEAF - Entidade Empresarial Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.E.M., entretanto extinta, cedidos ao Município de Alfândega da Fé na sequência do processo de internalização da atividade daquela empresa municipal, de acordo com a lei 50/2012, de 31 de agosto. ----

9. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: RELATÓRIO DE 2014 – PARA CONHECIMENTO;

----- O Senhor Vice - Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e esclareceu os Deputados Municipais, que era um documento também elaborado pelo Dr. Miguel Franco referente ao estatuto do direito de oposição: relatório de 2014 para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e alertou o Senhor Vice – Presidente para o não envio de alguma documentação, anteriormente prometida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente, a listagem de protocolos existentes entre o Município de Alfândega da Fé e as diversas entidades, e outros documentos avulsos que tinham sido anteriormente solicitados e que por esquecimento nunca teriam enviado. -----

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado Municipal que quem tinha direito de oposição não eram os Deputados Municipais nem o Executivo, mas sim os partidos por eles representados. O PSD, o CDS-PP e o PS que têm o estatuto do direito de oposição, podem pedir esses documentos. Os Deputados Municipais já o têm por inerência de terem sido eleitos para a Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Dr. Miguel Franco usou da palavra e esclareceu os Deputados Municipais que efectivamente o Senhor Vice – Presidente da Câmara tinha razão na sua intervenção, explicando aos Deputados Municipais que os partidos políticos com representatividade nos órgãos autárquicos é que tinham o estatuto de direito de oposição. -----

10. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA – PARA APROVAÇÃO.

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais tratar-se de um contrato interadministrativo pontual, tendo um período temporal relativamente curto, com o objectivo de resolverem um problema existente com o fornecimento de água potável no Santuário do Santo Antão da Barca. Disse, depois, que a EDP tinha proposto uma solução à Câmara Municipal e à Confraria sobre a questão do abastecimento de água, com a construção de um reservatório de água. Disse, depois, que o furo que existe não tem água suficiente para abastecer o Santuário quando existe maior afluência de pessoas ao local, e a água não é da qualidade desejável. Referiu ainda que o dono da obra ainda é a EDP, uma vez que ainda não foi entregue à Confraria. Continuou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais que a solução que encontraram para resolverem esta situação seria fazer o prolongamento da rede de saneamento de água da aldeia da Parada até ao Santuário. Referiu ainda que o prolongamento da rede de saneamento de água é uma competência do Município. Nesse sentido verificada a possibilidade de realização das obras previstas no actual PDM, a EDP prontificou-se a custear as obras, preferindo fazer uma obra mais cara, mas que garanta qualidade ao invés da actual situação, e que a obra terá um custo de cerca de oitenta mil euros. Disse, depois, que como este montante não estava previsto em dotação orçamental, a Câmara terá de submeter essa correção do Orçamento à DGAL o que irá demorar algum tempo. Havendo alguma pressão da confraria para resolver a situação, pois gostariam de ter água já nas próximas festividades, encontrou como solução efectuar este contrato interadministrativo pontual, que se traduz no recebimento do requerimento da EDP a propor a ligação, e depois delegar competências na junta de freguesia,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

que irá receber a receita e lançar o concurso da empreitada para fazer as obras, sendo que no fim dos trabalhos, as condutas revertem imediatamente para o Município, e ficam com o problema resolvido. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e questionou o Executivo sobre se a obra seria custeada a 100% pela EDP. Perguntou, depois, se a obra não poderia ser feita por administração direta, poupando dessa forma algum dinheiro a ser canalizado depois para benefício de outras situações desta União de Freguesias, Parada/ Sendim da Ribeira. -----

----- O Senhor Vice – Presidente respondeu ao Deputado Luís Terêncio que equacionaram essa possibilidade mas dada a urgência da obra e das pressões referidas pela Confraria e o Senhor Padre para a possibilidade da obra estar concluída antes do início da festividade, não será possível, porque se fosse a Câmara a realizar essa obra demoraria certamente alguns meses, pois estão a falar de cerca de 5km de condutas e a construção de um reservatório para a água. Disse, depois, que para a realização desta obra teriam de alocar todos os trabalhadores e maquinaria e teriam de parar todas as outras obras pendentes que estão a realizar. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dez** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e três abstenções dos Deputados Municipais Iolanda Neves, Pedro Miguel Morgado e António Pacheco, aprovar o Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Alfândega da Fé e a União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- O Múncipe Senhor Luís Bragança, solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que iria falar relativamente à empresa municipal AlfândegaTur e especialmente ao procedimento concursal para concessão da cozinha da unidade hoteleira. Nesse concurso, ao qual teve acesso, equacionou fazer uma proposta, contudo verificou que no caderno de encargos existia um clausulado completamente irrealista, uma vez que continha um arrendamento mensal de dois mil euros, mais iva, totalizando cerca de dois mil e quatrocentos euros. Para além disto, sempre que quisesse introduzir um prato novo á ementa teria de pedir autorização à direcção do hotel e sempre que quisesse fazer algum evento, como um casamento, teria também de pedir autorização, ficando assim sempre refém da direcção da unidade hoteleira. Chamou, depois, a atenção dos Deputados Municipais sobre a forma como estão a ser conduzidas as negociações uma vez que os trabalhadores não têm conhecimento de nada sobre o seu futuro e são parte interessada no processo. Comentou, depois, que o Sr. Dr. Jorge Morais quer comprar 60% da AlfândegaTur por cerca de duzentos mil euros e que a renda da cozinha em 10 anos de arrendamento daria muito mais dinheiro e a casa seria sempre da Câmara Municipal. Terminou a sua intervenção questionando o Executivo sobre a forma de como chegaram ao valor mensal de dois mil euros, mais iva, por mês, e como é que uma casa daquelas vale 200 mil euros por 60%. -----

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Senhor Luís Bragança que efectivamente ainda não tiveram nenhuma reunião com os trabalhadores da empresa AlfândegaTur uma vez que ainda não existe nada em concreto apenas suposições. Disse, depois, que não achava correto sempre que exista uma reunião com os supostos investidores exista uma reunião com os trabalhadores a pô-los ao corrente. Continuou a sua intervenção referindo que os

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

trabalhadores têm de fazer o seu trabalho e a direcção e o Município fazerem as negociações que acharem pertinentes. Disse, ainda, que reunirão com os trabalhadores no momento certo e quando exista uma negociação firme e concreta, de forma a explicar tudo aos trabalhadores. Relativamente ao concurso para a concessão do restaurante do Hotel, referiu que o concurso decorreu em março, e que seria interessante dinamizar este espaço do Hotel, permitindo a um privado gerir de forma diferente, à semelhança do que aconteceu com o SPA do Hotel que tem sido um sucesso. Disse, ainda, que o caderno de encargo que foi feito para o concurso baseou-se na informação contabilística dos últimos anos do Hotel, relativamente ao Bar e Restaurante, e também dos custos. Disse, depois, que esse concurso ficou deserto pois não houve concorrentes interessados, referindo que não insistiram e que mudaram de estratégia, e que agora se encontram a trabalhar com uma assessoria na cozinha para verem se conseguem também criar algum dinamismo. Continuou a sua intervenção e disse que se o Senhor Luís Bragança pensa que é uma boa proposta qualquer um deles poderia também efectuar uma proposta. Alertou, depois, que a empresa municipal AlfândegaTur tem dívidas e quem ficar com o capital social também ficará com a responsabilidade de pagar as dívidas da empresa. -----

----- O Senhor Luís Bragança solicitou a palavra e comentou que já esteve em duas grandes empresas e uma multinacional e quando existem negociações que digam respeito ao futuro dos trabalhadores eles sabem perfeitamente como estão a decorrer as negociações. Disse, depois, que não foram respondidas as duas questões por ele levantadas, uma seria como chegaram ao valor de dois mil euros por mês no concurso do restaurante e como 200 mil euros valem 60% daquela unidade hoteleira. Referiu, depois, que a compra do capital social não implica necessariamente que assuma as dívidas da empresa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e respondeu ao Senhor Luís Bragança que o Senhor Vice – Presidente teria respondido às questões levantadas por ele. -----

----- O Senhor Vice – Presidente usou da palavra e respondeu ao Senhor Luís Bragança que os valores bases do concurso eram os mil euros e os três mil euros consoante a questão dos pequenos-almoços. -----

----- A ata minuta foi lida e apresentada aos Deputados Municipais pela Senhora primeira secretária. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e referindo-se ao ponto cinco da ata minuta, disse que tinha feito uma intervenção que não foi mencionada, e no ponto nove, quando da intervenção do Deputado Luís Terêncio, ele não tinha pedido documentos agora, enunciou alguns documentos pedidos anteriormente que não foram enviados. -----

----- A ata em minuta foi aprovada **por unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- O Senhor Vice – Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que iriam ter um seminário no dia 16 de julho dedicado à amendoeira e aproveitava a presença de todos para divulgação. Disse, depois, tratar-se de um seminário que vai no seguimento do Projecto 4.2 do PRODER, preparação para a inovação que a cooperativa agrícola está a desenvolver com o IPB, UTAD e Amêndoa CUP, na investigação do amendoal. Disse, ainda, que vão ter um ciclo de três seminários durante três anos e o primeiro vai realizar-se em Alfândega da Fé. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)